



**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**

Ex.mo Senhor  
Presidente da Comissão de Economia da  
Assembleia Legislativa da Região Autónoma  
dos Açores  
r. Marcelino Lima  
9901-858 HORTA

|                |                    |  |                    |
|----------------|--------------------|--|--------------------|
| Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência<br>Registo Sai-UAç/2013/447<br>Processo 7 | Data<br>08-02-2013 |
|----------------|--------------------|--|--------------------|

**Assunto: Envio de pareceres sobre a proposta de Resolução - Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabelecimento total de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho**

Junto se remete a V. Ex.<sup>a</sup> os pareceres emitidos pelos Doutores Oldemiro Rego e Henrique Rosa, relativamente à proposta em referência.

Com os melhores cumprimentos,

/ O Diretor do Departamento de Ciências Agrárias

Alfredo Emílio Silveira de Borba

|   |               |
|---|---------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA<br>DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES |               |
| ARQUIVO   |               |
| Entrada 479   | Proc. n.º 109 |
| Data: 08, 02, 08  | N.º 12, X     |

Anexo: o referido

/HC





**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**

Exmo. Senhor  
Director do Departamento de Ciências Agrárias  
Universidade dos Açores

Angra do Heroísmo, 07 de Fevereiro de 2013

Em resposta à solicitação de Vexa., sobre parecer do Projecto de Resolução Nº12/X, intitulado: "Recomendação ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projectos para estabulação total ou permanente de gado bovino", cumpre-nos apresentar o seguinte relatório:

O Arquipélago dos Açores representa uma importante região produtora de leite, sendo neste momento responsável por cerca de 30% do total Nacional. Em contraste com o sistema de produção de leite do Continente Português e Europeu, em que as vacas são exploradas em regime de estabulação permanente (sazonalmente ou anualmente) e alimentadas com dietas baseadas em forragens conservadas (sobretudo silagem de milho) misturadas com alimentos compostos, as condições edafo-climáticas dos Açores permitem a produção de pastagem e o pastoreio durante todo o ano. Os sistemas de produção baseados no pastoreio intensivo possuem a vantagem de reduzir significativamente os custos de produção, tornando o sistema produtivo mais competitivo e sustentável. Os Açores serão eventualmente a única região do hemisfério norte onde as vacas leiteiras são exploradas em regime de pastoreio, durante todo o ano. Contudo, o aumento contínuo do mérito genético do rebanho leiteiro, obriga a recorrer à suplementação com alimentos concentrados e forragens conservadas, porque a pastagem é insuficiente para satisfazer as necessidades energéticas das vacas de elevada produção.

No difícil contexto actual (com dificuldades acrescidas que se advinham a partir de 2015, com a abolição das quotas leiteiras), a sustentabilidade e competitividade do sector na Região Açores, passa por produzir com qualidade a baixo custo e por uma melhoria da imagem do leite e lacticínios junto dos consumidores. **Estes objectivos só são alcançáveis com recurso ao pastoreio.**

Sendo uma região pequena (cerca de 2% da área de Portugal Continental), ultraperiférica, dispersa por ilhas, e que paga provavelmente os factores de produção mais caros da Europa, tem-se mantido (pese embora estas desvantagens comparativas),



**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**

de um modo competitivo e sustentável na fileira do leite. Porque será? A resposta é muito simples. Porque possui condições de excelência para a produção de pastagem e para o pastoreio durante todo o ano. Esta realidade permite produzir leite a um custo que é competitivo. Os custos com a alimentação representam cerca de 60% dos custos totais da exploração leiteira. Se 1 kg de matéria seca (MS) de erva pastoreada, custa X, 1 Kg de MS de forragens conservadas (silagens de milho, ou de erva) custa 3 vezes mais e 1 kg de MS de concentrado comercial (ração), custa no mínimo de 6 vezes mais. Não tenho a menor dúvida, que a Região só poderá manter-se na fileira do leite, de um modo sustentável e competitivo, se cobrir uma parte muito significativa das necessidades alimentares da vaca com erva pastoreada, suplementada com silagens em épocas de menor produção de pastagem. Não teremos qualquer hipótese de competir, em sistema de estabulação permanente (alimentação à base de misturas de silagens com concentrados), com o Continente Português, quanto mais com Países como a Polónia, Irlanda ou outros da Europa Central, que além de possuírem factores de produção de muito menor custo, possuem economia de escala.

A composição da gordura do leite de vaca caracteriza-se por enorme complexidade. Relativamente ao perfil dos ácidos gordos, cerca de 65% são saturados, 30% monoinsaturados e 5% polinsaturados. Diversos estudos desenvolvidos pelo DCA da Universidade dos Açores, publicados em revistas científicas internacionais da especialidade, comprovaram que o leite e laticínios (queijo e manteiga) produzidos nos Açores com vacas alimentadas em pastoreio, possuem um teor muito mais elevado em ácidos gordos (AG) mono e polinsaturados, com efeito benéfico comprovado sobre a saúde humana (conjugados do ácido linoleico – CLA - propriedades anti-cancerígenas,) ómeegas-3 e outros com propriedades hipocolesterémicas, enquanto o leite e laticínios produzidos no Continente e provenientes de vacas alimentadas com misturas de concentrados e silagens de milho, são mais pobres nestes AG e mais ricos em AG saturados com efeito hipercolesterémico. Além de uma composição da gordura (perfil de AG) que lhes fornece características de produtos de elevado valor nutricional e dietético e que lhes modelam as características organolépticas e de aroma únicos, os produtos lácteos dos Açores são ainda particularmente ricos em beta-carotenos (pró-vitamina A), que lhes fornecem a cor amarela característica e em vitamina E (ambos



**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**

potentes antioxidantes). Os alimentos funcionais possuem componentes com actividade fisiológica (bioactiva) benéfica para a saúde, para além da nutrição básica. Nesta perspectiva os produtos lácteos dos Açores aproximam-se do conceito de **alimento funcional**. Infelizmente estas mais valias intrínsecas dietético-nutricionais dos nossos produtos lácteos, nunca foram devidamente valorizadas e publicitadas por quem de direito.

Além dos aspectos acima referidos, são desvantagens evidentes do sistema de estabulação permanente, um aumento muito significativo dos custos com construção (mesmo que subsidiados), amortização de capitais, conservação e reparação de instalações, mecanização e combustíveis, transporte e manipulação de alimentos e estrumes, etc. Existem ainda custos ambientais associados, com concentração e manipulação de grande volume de estrumes (cada vaca produz cerca de 50 kg/dia), com potencial aumento da poluição de solos, cursos de água e atmosférica (CO<sub>2</sub> e metano). Outra desvantagem da estabulação permanente tem a ver com aspectos hígido-sanitários, com aumento de mamites e contagem de células somáticas no leite, que penalizam fortemente o preço do leite pago ao produtor pela indústria, aumento de problemas de cascos, aprumos e algumas doenças metabólicas, factores que no seu conjunto diminuem o tempo de vida útil produtiva das vacas, aumentando a taxa de reposição dos rebanhos (maior número de novilhas de substituição). Com a estabulação permanente, perder-se-á irreversivelmente a imagem conquistada a muito custo, de um sistema de produção natural, associado às pastagens verdejantes dos Açores. Outro aspecto a ter em consideração é o relacionado com o bem-estar animal, tal como é percebido pelos consumidores, que valorizam cada vez mais as produções extensivas em ambientes naturais, típicos do sistema de pastoreio. A generalizar-se a construção de estábulos (o que seria um erro estratégico com enormes repercussões negativas em termos sociais e económicos) é de prever a médio prazo um conjunto de “elefantes brancos” em ruínas, disseminados pela paisagem rural dos Açores, descaracterizando-a irreversivelmente. Existem por aí, alguns exemplos pontuais.

Paradoxalmente, enquanto os agricultores europeus e até muitos dos EUA, sempre que as condições climatéricas o permitem, anseiam por trazer as suas vacas para a pastagem, nós que fomos bafejados por um clima temperado húmido, excelente para a produção de pastagem e pastoreio, queremos ir em sentido inverso. Qual a lógica?



**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**

Em suma, pelos argumentos apresentados a estabulação permanente deverá ser fortemente desaconselhada e até proibida por lei. Os nossos agricultores têm uma longa experiência e saber adquirido de manejo do sistema produtivo baseado na pastagem e no pastoreio, tendo respondido sempre com elevada sabedoria e competência, aos muitos desafios que foram enfrentando. Esperemos que mais uma vez prevaleça o bom senso dos agricultores e uma visão correcta do futuro, por parte dos decisores políticos.

*Oldemiro A. Rego*

**Oldemiro Aguiar do Rego**  
*(Professor Auxiliar)*

**NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL**

**Universidade dos Açores**  
**Departamento de Ciências Agrárias**  
**Centro de Investigação Agrária dos Açores (CITA-A)**



Departamento de Ciências Agrárias da  
Universidade dos Açores  
Rua Capitão João de Ávila  
9700-042 Angra do Heroísmo  
E-mail: [hrosa@uac.pt](mailto:hrosa@uac.pt)

Angra do Heroísmo, 6 de Fevereiro de 2013-02-05

Henrique José Duarte Rosa

## PARECER

Relativamente ao pedido de parecer sobre o Projecto de Resolução N° 12/X - resolve recomendar Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projectos para estabulação total ou permanente de gado bovino tenho a referir o seguinte:

As especificidades do sistema tradicional açoriano de produção de leite e carne de bovino (pastoreio directo em erva verde durante todo o ano) torna possível a obtenção de produtos que se diferenciam pela elevada qualidade dietético/nutritiva (e.g. ómega-3, CLA). Este facto, hoje considerado do senso comum, tem sido cientificamente avaliado e difundido pela Universidade dos Açores. A substituição da pastagem por alimentos concentrados provoca uma degradação daquela qualidade na razão directa da quantidade de erva substituída. Por outro lado, o sistema tradicional, em oposição ao sistema de estabulação permanente, favorece de uma forma muito substancial o bem-estar animal e a preservação ambiental na medida em que os resíduos orgânicos (estrume ou chorume) mais facilmente se diluem e são reciclados pela pastagem evitando problemas de contaminação dos solos e sub-solos. Acresce o facto de que os aspectos de bem-estar animal e de preservação ambiental (a que chamaria de componente ética da produção) são sem dúvida cada vez mais percebidos pelo consumidor e considerados na sua decisão de compra.

A imagem de qualidade da carne e do leite e derivados produzidos nos Açores tem sido paulatinamente construída ao longo dos últimos anos com base nos pressupostos acima referidos. Poucas regiões da Europa possuem condições edafo-climáticas que permitam produzir carne e leite baseados no pastoreio directo dos animais durante todo o ano e esta será sem dúvida a grande mais-valia da Região em termos de exploração pecuária.

No caso concreto da exploração leiteira, a introdução da estabulação permanente parece-me ir contra as mais elementares regras de bom senso não só na medida em que elimina as mais-valias acima referidas - mesmo que em pequeno número a existência de explorações com estabulação permanente

degrada inevitavelmente a imagem do leite açoriano, a menos que se proceda a diferenciação - como acarreta outras desvantagens com repercussão económica como o aumento de patologias nos animais ou o elevado consumo de alimentos concentrados, naturalmente importados e com tendência para aumentar de preço. Parece-me portanto, inapropriada a opção por uma política de estímulo à estabulação permanente além do mais com o recurso a dinheiros públicos.

No que respeita à exploração da carne de bovino existe uma maior diversidade dos sistemas de produção e das características do produto final. Há que distinguir 2 sistemas; o de vacas aleitantes e o leiteiro em que a carne resulta como sub-produto. No primeiro caso, penso que a questão não se colocará; por um lado, pela existência da carne certificada “carne dos Açores IGP” cujo caderno de especificações não admite a estabulação permanente e por outro porque o próprio sistema de exploração é por natureza extensivo. Contudo, a fase de acabamento dos animais (vitelão ou novilho/a) oriundos quer deste sistema de vacas aleitantes quer também do sistema leiteiro (machos Holstein ou cruzados de ambos os sexos) exige uma maior intensificação alimentar pois pretende-se acumular gordura intramuscular no sentido de melhorar características sensoriais da carne como a suculência, tenrura e sabor. Penso no entanto que no caso concreto dos Açores o acabamento em pastagem, naturalmente suplementada com maiores quantidades de alimento concentrado (cereal em detrimento de ração comercial), embora apresentando eventuais custos acrescidos relativamente ao fed-lot (estabulação permanente em que os animais deixam de ingerir forragem não conservada) poderá a prazo revelar-se uma opção vantajosa na medida em que não irá contribuir para a degradação da qualidade dietético/nutritiva e da imagem “produto dos Açores” nem corre o risco de acentuar eventuais impactes ambientais indesejáveis. Neste contexto, considero o financiamento público de unidades de estabulação permanente - com o inevitável estímulo que representa - com muitas reservas. Já na fase de cria de vitelos (até ao desmame) oriundos das explorações leiteiras e que se destinam quer à produção de carne (de raça leiteira ou cruzados), quer à produção de novilhas para reposição dos rebanhos leiteiros (desde que estejam garantidas condições técnicas tendentes a evitar patologias e. g. mamítes futuras), não vejo inconvenientes na adopção de instalações de estabulação permanente.

Henrique Rosa